



INTEGRAÇÃO COMERCIAL INTERNACIONAL DO BRASIL

Coordenação:

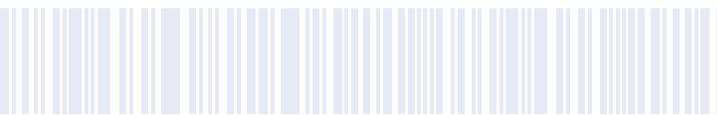
Daniel L. Gleizer

Autores:

Fernando Veloso | José Augusto Coelho Fernandes

Leane Cornet Naidin | Pedro da Motta Veiga

Rafael Dix-Carneiro | Renato da Fonseca | Sandra Polónia Rios





INTEGRAÇÃO COMERCIAL INTERNACIONAL DO BRASIL





Coordenação:

Daniel Luiz Gleizer, Ph.D. em economia pela Universidade da Califórnia em Berkeley e ex- Diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central do Brasil.

Autores:

Fernando Veloso, pesquisador do FGV IBRE e professor da FGV EPGE.

José Augusto Coelho Fernandes, economista, ex-diretor de Políticas e Estratégia da CNI e pesquisador associado do CINDES e do IEPE/Casa das Garças.

Leane Cornet Naidin, Doutora em Economia pela UFRJ e pesquisadora do CINDES.

Pedro da Motta Veiga, sociólogo e cientista político, diretor do Centro de Estudos de Integração e Desenvolvimento (CINDES).

Rafael Dix-Carneiro, professor titular de Economia na Duke University (Estados Unidos).

Renato da Fonseca, Ph.D. em economia pela University of California at Berkeley e Sócio-diretor da InteligEcon.

Sandra Rios, economista, diretora do Centro de Estudos de Integração e Desenvolvimento (CINDES).



INTEGRAÇÃO COMERCIAL INTERNACIONAL DO BRASIL

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Integração comercial internacional do Brasil
[livro eletrônico] / Fernando
Veloso...[et al.] ; coordenação Daniel L.
Gleizer. -- São Paulo : CDDP, 2025.
PDF

Outros autores: José Augusto Coelho Fernandes,
Leane Cornet Naidin, Pedro da Motta Veiga,
Rafael Dix-Carneiro, Renato da Fonseca, Sandra
Polónia Rios.

Bibliografia.
ISBN 978-65-987137-1-3

1. Comércio internacional I. Veloso, Fernando.
II. Fernandes, José Augusto Coelho. III. Naidin,
Leane Cornet. IV. Veiga, Pedro da Motta. V.
Dix-Carneiro, Rafael. VI. Fonseca, Renato da. VII.
Rios, Sandra Polónia. VIII. Gleizer, Daniel L.

25-269460

CDD-382.4

Índices para catálogo sistemático:

1. Comércio internacional 382.4

Eliete Marques da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9380

Índice

Sobre o Projeto	6
Introdução	7
Uma proposta para a integração comercial internacional do Brasil	10
A urgência da integração comercial brasileira	14
O anacronismo do isolamento brasileiro	16
Propostas para uma reforma da política comercial	25
1. Tarifas	26
2. Mercosul	26
3. Barreiras não tarifárias	27
4. Ex-tarifários	27
5. Serviços	28
6. Acordos internacionais	28
Conclusão	29

Sobre o Projeto

Este trabalho analisa os diversos ângulos da atual política comercial brasileira, discute os efeitos nocivos do protecionismo e apresenta propostas para ampliar a integração internacional.

Coordenado pelo economista **Daniel L. Gleizer**, sócio do **CDPP**, o estudo foi realizado em conjunto com o **Centro de Estudos de Integração e Desenvolvimento (CINDES)** e um grupo de especialistas renomados em suas áreas de pesquisa: **Sandra Polónia Rios**, **Pedro da Motta Veiga** e **Leane Cornet Naidin** elaboraram o artigo *A política comercial brasileira: elementos para uma reforma*; **Fernando Veloso** escreveu o artigo *Abertura comercial e crescimento da produtividade*; **José Augusto Coelho Fernandes** e **Renato da Fonseca** produziram os artigos *Acesso a tecnologias de informação e comunicação no Brasil e as políticas comercial e industrial* e *Acessos a bens de capital no Brasil e as políticas comercial e industrial*; e **Rafael Dix-Carneiro** escreveu sobre *Efeitos distributivos de aberturas comerciais*.

Este projeto é mais uma contribuição do **CDPP** para o debate de políticas públicas e a proposição de reformas que possam incentivar o desenvolvimento do Brasil.

O trabalho se desenvolveu ao longo de um ano, através de debates com a participações dos autores e contaram com a contribuição de um comitê consultivo formado por Alexandre Schwartzman, Angélica de Queiroz, Armínio Fraga, Bruno Licht, Eliana Cardoso, Giuliano Guandalini, Marcelo Barbará, Mário Mesquita, Pedro Passos, Persio Arida, Rafael Kruchin e Rodrigo Azevedo.

Agradecemos imensamente a todas as pessoas que participaram e contribuíram para a realização deste projeto.

Introdução

Daniel L. Gleizer

A economia brasileira encontra-se em uma encruzilhada, há décadas submetida a uma armadilha de baixo crescimento. Depois de apresentar uma taxa de crescimento próxima a 7,5% entre 1950 e 1980, o crescimento do PIB brasileiro despencou para cerca de 2,5% entre 1981 e 2022.

Vários fatores contribuíram para este desempenho pífio e foram objeto de análise teórica e empírica. Alguns trabalhos focaram em desacelerações do crescimento no curto prazo, enquanto outros estudaram desenvolvimentos de longo prazo. Este último é o espírito deste projeto. Interessa-nos entender as razões que fizeram com que o país crescesse tão pouco durante tanto tempo e propor medidas que revertam esta situação.

O fator crucial que explica o crescimento de uma economia no longo prazo é a produtividade. Nas palavras de um renomado economista, “a produtividade não é tudo, mas no longo prazo ela é quase tudo”. De fato, o aumento da produtividade é o alicerce que sustenta o aumento do bem-estar da população no longo prazo. Busca-se uma economia mais produtiva para propiciar à população melhores oportunidades de trabalho, maior renda e melhores condições de vida. No entanto, o crescimento da produtividade no Brasil tem sido insignificante, menor do que o das economias desenvolvidas e emergentes. Sem uma aceleração do crescimento da produtividade, a melhoria do padrão de vida da população brasileira não ocorrerá.

O que determina a produtividade de uma economia? Dentre os diversos fatores que causam o crescimento da produtividade, tais como educação, grau de competição na economia, inovação etc., este trabalho foca no papel desempenhado pelo comércio exterior. A tese defendida neste projeto é que, depois de desempenhar um papel importante na industrialização do país, a manutenção de uma economia muito fechada ao comércio exterior tornou-se um obstáculo ao nosso desenvolvimento. Após a liberalização comercial da década de 1990, o país voltou a persistir na utilização da política de substituição de importações como alavanca para o fomento da indústria nacional. Com isso, deixou de acompanhar o movimento internacional de liberalização comercial com reduções unilaterais de tarifas e de constituição de áreas de livre comércio abrangentes e profundas, além de abusar da utilização de barreiras não tarifárias e de exigências de conteúdo local. O isolacionismo comercial brasileiro, que impacta também o setor de serviços,

contribuiu imensamente para o desempenho medíocre do crescimento da produtividade no país. A estrutura da produção e do comércio global se transformou ao longo do tempo, as condições da economia brasileira se modificaram, mas nossa política de integração internacional ficou estacionada no passado, presa a um modelo que perdeu sua funcionalidade.

É chegada a hora de reavaliação desta escolha e de encarar com coragem a necessidade de ampliar nossa integração comercial internacional. Basta de reincidir nos mesmos erros. Precisamos aprender com nossos equívocos e com a experiência internacional. O Brasil é um dos países mais fechados do mundo e perdeu a oportunidade de usufruir dos benefícios da expansão do comércio internacional nas décadas de 1990 e nos primeiros anos do século XXI. O longo período de crescimento baixo faz com que o país, e seu mercado, sejam uma parcela cada vez menor do PIB mundial. Empresas brasileiras que se veem restritas a atuar no mercado doméstico na prática focam em 1,5% do PIB mundial, abrindo mão do acesso aos outros 98,5%. O país tem muito a ganhar com uma abertura comercial que aumente as possibilidades de consumo da população e que permita a absorção de tecnologia de ponta por nossas empresas, elevando nossa produtividade e contribuindo assim para o crescimento e a sofisticação de nossa indústria, de nossos serviços e de nossas exportações, entre outras vantagens.

As mudanças tecnológicas e climáticas, ora em curso, fazem com que esta alteração de rumo seja ainda mais premente e oportuna. Ambas as transformações colocam desafios, mas geram múltiplas oportunidades.

O Brasil está diante de um momento único para impulsionar sua inserção internacional. A tendência global em direção à descarbonização coloca o país em uma posição estratégica, especialmente devido às suas vantagens comparativas em recursos naturais e à sua matriz energética limpa. A demanda crescente por energia segura e sustentável, juntamente com o potencial de reorganização das cadeias globais de valor sob a lógica do *greenshoring*, abre portas para que o Brasil se torne um destino importante para investimentos em setores sustentáveis, como energia renovável e agronegócio de baixo impacto ambiental. Com uma base sólida de empresas, instituições de pesquisa e ecossistemas de apoio, o Brasil tem o potencial de liderar na produção de hidrogênio verde e de avançar em tecnologias ambientais que respondam às exigências do mercado global.

Além disso, o Brasil possui ativos significativos – mercado, ecossistema de negócios, sofisticação empresarial e potencial científico e tecnológico – capazes de situar o país numa posição relevante no processo de reorganização das cadeias globais de valor, no vetor de digitalização da economia. O reflexo doméstico deste movimento seria a ampla modernização de nossa estrutura produtiva, uma vez que as tecnologias

de informação e comunicação, por serem tecnologias de propósito geral, impactam todas as atividades econômicas, aumentando sua eficiência e sua competitividade.

Para que essas oportunidades se concretizem, o Brasil precisa adotar uma agenda de reformas que reduza os custos e obstáculos ao comércio internacional e que simplifique e adeque o ambiente regulatório aos novos desafios. Com os passos certos, o país pode não apenas integrar-se de forma mais complexa às cadeias globais de valor, mas também se consolidar como um ator fundamental na economia verde global.

O manejo cuidadoso e competente das propostas discutidas neste trabalho possibilita a redefinição de nossas aspirações no cenário internacional e, mais importante, a realização de nosso anseio de nos tornarmos uma nação mais próspera e justa.

Uma proposta para a integração comercial internacional do Brasil

Sumário executivo

Esta proposta para a promoção da integração comercial brasileira enfatiza a importância de revisar e eliminar barreiras – tarifárias, regulatórias e tributárias – que dificultam a competitividade do país na economia global.

A proposta sugere uma reavaliação da estrutura tarifária brasileira, com a meta de redução e simplificação das tarifas de importação. Essa revisão levaria a uma média de tarifas em torno de 6%, alinhada a padrões internacionais e similar a de países como a África do Sul, a Colômbia e o México, além de se aproximar da média de 4,4% dos países da OCDE.

A proposta também recomenda a redução da carga tributária e a eliminação de impostos distorcivos que encarecem tanto as importações quanto as exportações, como o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE), que afetam a importação de serviços tecnológicos.

Um dos pontos centrais será reformular o modelo de união aduaneira do Mercosul, optando por uma área de livre comércio, que elimine barreiras não-tarifárias e promova a convergência das regulamentações.

As prioridades para as negociações comerciais incluem a adesão ao acordo de compras governamentais da Organização Mundial do Comércio (OMC), a ratificação do acordo com a União Europeia e a consolidação de um espaço de livre comércio mais eficaz na América do Sul, com liberalização abrangente dos comércios de bens e serviços.

A implementação dessas políticas criaria condições que superariam as barreiras atuais à integração da economia brasileira ao comércio internacional, resultando em um aumento da competitividade das empresas e, conseqüentemente, uma melhoria no padrão de vida e no bem-estar da população.

Situação atual

As limitações da política comercial atual do Brasil sugerem que uma abertura gradual e responsável facilitaria um desenvolvimento mais robusto e inclusivo. Embora a proteção de indústrias locais possa parecer uma estratégia válida para fomentar o crescimento econômico, a evidência aqui apresentada mostra que essa abordagem tem falhado em criar sustentabilidade a longo prazo. Este trabalho des-

taca os benefícios potenciais da abertura comercial em termos de produtividade e renda, ao mesmo tempo em que alerta para os desafios e efeitos colaterais que devem ser abordados por políticas públicas eficazes.

Os principais pontos levantados em nossa análise são os seguintes:

1. **Liberalização comercial:** O impacto positivo da liberalização comercial na década de 1990 é indicativo claro de que a abertura ao comércio internacional pode trazer benefícios significativos não apenas para o ambiente de negócios, mas também para a sociedade como um todo. A evidência de que a exposição à concorrência pode aumentar a eficiência das empresas é argumento forte a favor do aumento da inserção internacional do Brasil.

2. **Abertura do mercado:** A proposta de reavaliação da política comercial para uma maior inserção internacional pode trazer benefícios indiscutíveis. No entanto, a implementação deve ser cuidadosamente planejada, levando em consideração as repercussões sociais e econômicas que tais mudanças acarretam, especialmente em termos de proteção social para os trabalhadores afetados.

3. **Desempenho da produtividade:** A relação entre a produtividade e o crescimento da renda é um ponto central na discussão de políticas econômicas. A estagnação da produtividade é alarmante, especialmente no contexto em que o bônus demográfico já deixou de ser fator de crescimento. Isso implica que as medidas para revitalizar a produtividade se tornam ainda mais essenciais para garantir o bem-estar da população.

4. **Acessibilidade e benefícios para os pobres:** A análise deste estudo aponta para impactos benéficos das políticas propostas sobre as famílias de baixa renda. O fato de que os consumidores com menor poder aquisitivo são os mais beneficiados pela redução de preços e pelo aumento da oferta de produtos demonstra a importância da liberalização para a inclusão social e econômica.

5. **Oportunidades futuras:** Considerando as mudanças no cenário global, é inegável o potencial do Brasil especialmente em relação à transição para uma economia verde. O investimento em tecnologias renováveis não apenas atende a uma demanda crescente, mas também pode posicionar o país como um líder em um setor estratégico.

6. **Desafios de ajuste:** Os impactos negativos localizados da liberalização, como o aumento do emprego informal, são preocupantes e requerem atenção espe-

cial. A capacidade de adaptação dos trabalhadores e das regiões afetadas deve ser considerada nas políticas de integração.

7. Importância das políticas públicas: Para que os benefícios da liberalização comercial sejam amplamente compartilhados, é essencial que as políticas públicas sejam proativas na mitigação dos efeitos adversos. Isso inclui a criação de programas de requalificação e apoio para trabalhadores afetados, além de incentivos para empresas que adotam práticas mais inclusivas.

8. Cadeias globais de valor: O Brasil está perdendo oportunidades por não se integrar adequadamente às cadeias globais de valor. A globalização da produção não é uma tendência que pode ser ignorada, e a retórica protecionista acaba excluindo o país de inovações e melhorias de eficiência que outros países estão aproveitando.

Conclusões

Abordagem holística: A proposta de uma revisão ampla das barreiras tarifárias, regulatórias e tributárias é uma abordagem necessária que reconhece a complexidade do ambiente econômico atual. A eliminação de entraves deve ser vista como um passo estratégico para posicionar o Brasil dentro das dinâmicas econômicas globais.

Foco na competitividade: Reduzir a carga tributária e simplificar a estrutura tarifária e não tarifária são passos importantes para melhorar a competitividade das empresas brasileiras, permitindo que elas se tornem mais eficientes e inovadoras. Isso é particularmente essencial em um mundo onde a agilidade e a adaptação às mudanças rápidas de mercado são vitais.

Integração regional: A ênfase na criação de um espaço de livre comércio na América do Sul e na ratificação de acordos internacionais é crucial. Isso não apenas promoveria relações comerciais mais sólidas, mas também poderia aumentar a resiliência econômica regional, ajudando os países a enfrentar crises econômicas futuras em conjunto.

Desafios na implementação: Embora a proposta seja bem fundamentada, os desafios de sua implementação não devem ser subestimados. A resistência política, os interesses de setores protegidos e a necessidade de mitigar as tensões sociais são fatores que devem ser cuidadosamente geridos durante a execução de tais reformas.

Impacto social: A proposta reconhece que a melhoria da competitividade e a inserção no comércio internacional têm implicações diretas sobre o bem-estar da população. A conexão entre políticas comerciais e a qualidade de vida é um aspecto frequentemente negligenciado, mas que possui grande relevância.

Em síntese, esta proposta oferece um caminho claro e fundamentado para a integração comercial do Brasil, alinhando-as com as melhores práticas internacionais e acentuando a necessidade de uma estratégia coesa que maximize os benefícios econômicos para a população.





ÍNDICE 



A urgência da integração comercial brasileira



O Brasil precisa eliminar os enormes obstáculos tarifários e não tarifários que impõe ao comércio exterior. Enquanto a maior parte dos países derrubou barreiras e promoveu a integração às cadeias globais de produção, a economia brasileira permaneceu uma das mais fechadas do mundo. Desde as reformas no início dos anos 1990, fez apenas mudanças pontuais e muitas delas no sentido oposto.

A persistência do protecionismo, parte da anacrônica política de substituição de importações, impede que o país tire proveito dos benefícios do comércio internacional para alavancar o seu desenvolvimento. Essa é uma das razões para a estagnação na produtividade e o baixo potencial de crescimento do país. As barreiras comerciais sabotam as perspectivas de aumento no bem-estar da população.

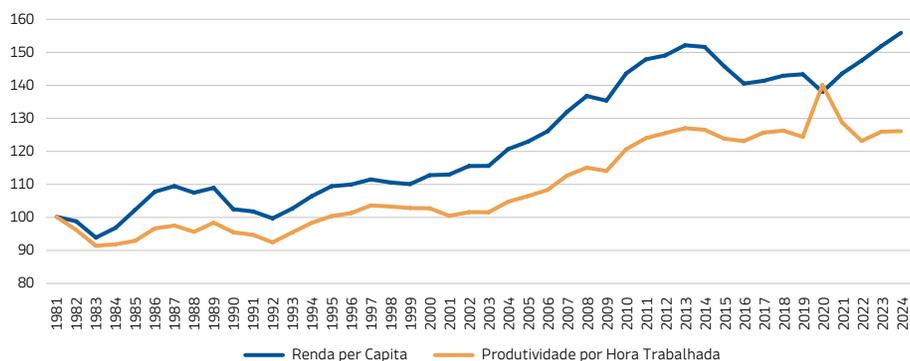
Nas últimas três décadas, o Brasil conquistou avanços na estabilidade econômica. O crescimento do PIB, contudo, permanece medíocre e incapaz de alçar a renda média a um patamar mais próximo ao de países desenvolvidos. A razão de fundo para a estagnação é a fraca evolução da produtividade do trabalho – que, entre 1981 e 2023, cresceu apenas 0,5% ao ano em média. A renda per capita, nesse mesmo período, avançou ao redor de 1% ao ano, graças em parte à contribuição do bônus demográfico – quando a população em idade ativa cresce mais rápido do que a população total, favorecendo o aumento do PIB por meio da incorporação de trabalhadores.

A dinâmica da renda per capita no país é estreitamente correlacionada com o desempenho da produtividade por hora trabalhada, o que fica evidente no Gráfico 1. A exceção foi o período da pandemia, quando a queda nas horas trabalhadas levou a um salto momentâneo e transitório na medida da produtividade. Os dados mais recentes indicam a continuidade da tendência anterior, presente nas quatro últimas décadas.

Gráfico 1

Evolução da renda per capita e da produtividade por hora trabalhada Número índice (1981=100)

Brasil: 1981-2024



Fonte: Elaboração do FGV IBRE com base nas Contas Nacionais, Pnad e Pnad Contínua – IBGE.

Acelerar o ritmo de avanço no PIB per capita requer destravar o crescimento da produtividade, sobretudo a partir de agora, com o declínio da contribuição do bônus demográfico. Sem a ajuda desse fator, o aumento na renda e no padrão de vida da população dependerá quase exclusivamente do crescimento da produtividade – algo apenas alcançável com uma série de reformas, entre elas a da política comercial brasileira.

Nos últimos anos, o cenário global ficou mais propenso ao conflito e à competição estratégica. Isso não deveria afastar o Brasil de uma agenda de liberalização comercial. Pelo contrário. Essa nova conjuntura oferece oportunidades para o país, dotado de ativos relevantes em áreas como segurança alimentar e nos novos vetores de desenvolvimento, sobretudo a transição energética e tecnológica. A necessidade de aprofundar a integração internacional continua atual e urgente, fundamental para destravar o potencial de crescimento e desenvolvimento social em um mundo que passa por duas transformações profundas: a digitalização e a descarbonização.

O protecionismo impõe obstáculos que impedem a absorção de tecnologia de ponta tanto na indústria como nos serviços, o setor preponderante no PIB e onde a produtividade tem menos avançado. A falta de exposição à competição internacional e a baixa incorporação de tecnologia desincentivam os ganhos de competitividade e produtividade, mesmo em setores nos quais o Brasil possui vantagens competitivas. Como resultado, as empresas brasileiras são pouco integradas às cadeias globais de valor – a intrincada e dinâmica teia internacional de produção de mercadorias mais elaboradas.

Este trabalho analisa diferentes ângulos da política comercial brasileira, e, sob a luz da experiência do Brasil e do mundo, aponta os possíveis ganhos de uma maior inserção internacional, sem ignorar os possíveis efeitos adversos sobre alguns setores e como mitigá-los. O estudo propõe, ao final, derrubar pela metade as atuais alíquotas médias de importação, diminuir fortemente as barreiras não tarifárias, reduzir a carga tributária sobre a importação de serviços e promover acordos comerciais abrangentes. São reformas indispensáveis para ampliar e acelerar o crescimento da produtividade e da renda nacional.

O anacronismo do isolamento brasileiro

No início dos anos 1990, em meio a reformas de estabilização da economia, o Brasil promoveu uma redução expressiva nas restrições às importações. A abertura colocou o país em linha com as alíquotas de outros países em desenvolvimento.

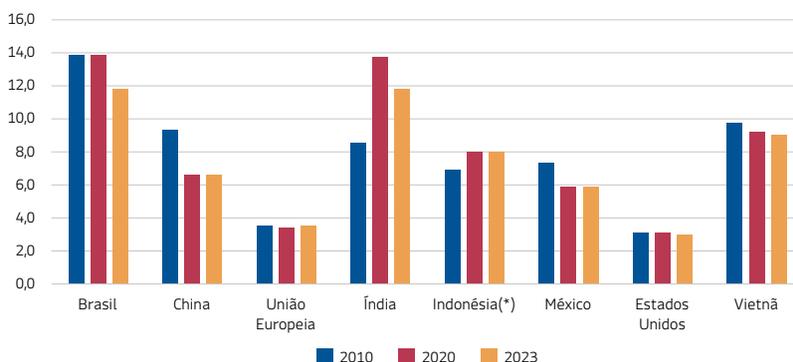
Mas, desde então, a política brasileira de integração internacional praticamente não avançou. Enquanto isso, a grande maioria dos países continuou derrubando barreiras, aproveitando-se do avanço do comércio internacional nos anos de globalização acelerada e da criação das cadeias internacionais de valor.

O Brasil ficou para trás. As alíquotas médias de importação da indústria se mantêm ao redor de 12%. Equivalem ao dobro das mexicanas e a quase o triplo das cobradas na União Europeia. Como mostra o Gráfico 2, as barreiras tarifárias são superiores às das principais economias globais e também mais elevadas do que as de países emergentes com nível de desenvolvimento similar ao brasileiro.

Gráfico 2

Tarifas médias de produtos industriais

Brasil e países selecionados



Fonte: [WITS](#).

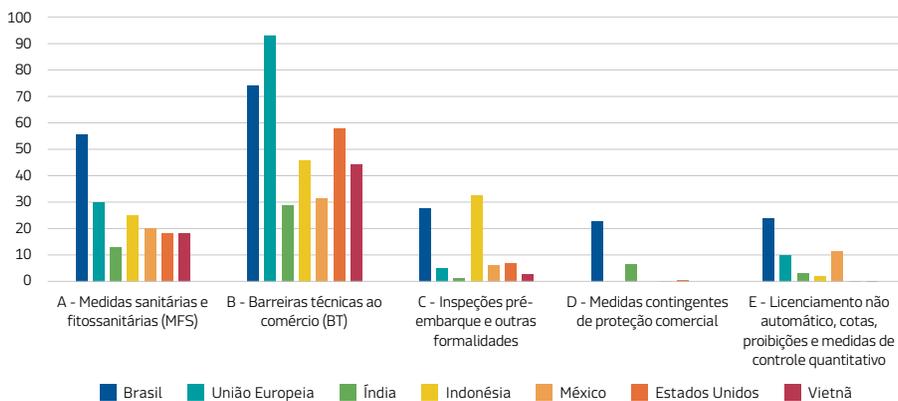
(*) Os dados da Indonésia são de 2022.

Os obstáculos brasileiros ao comércio externo incluem ainda um conjunto de entraves regulatórios – as chamadas barreiras não tarifárias. Segundo os dados do World Integrated Trade Solution (WITS) do Banco Mundial, o país aplica esse tipo de medida em 86% do valor de suas importações, enquanto a média dos 75 outros países para os quais há informações disponíveis foi de 72% em 2022. Na análise da frequência de utilização dessas medidas, o Brasil aparece em primeiro ou segundo lugar nas cinco categorias utilizadas na comparação internacional, como pode ser visto no Gráfico 3.

Gráfico 3

Índice de frequência do recurso a medidas não tarifárias para o Brasil e um conjunto de países desenvolvidos e em desenvolvimento

por tipo de medidas: 2022



Fonte: [WITS](#).

O Brasil também não acompanhou a tendência internacional de aumento da integração econômica por meio de acordos regionais e bilaterais. Uma notícia positiva nesse campo é a perspectiva da aprovação do tratado de livre comércio entre o Mercosul e União Europeia. Simulações indicam que o tratado poderá ter um impacto positivo para o país em termos de aumento de exportações, atração de investimentos e aceleração do crescimento econômico. Além disso, nações que selam acordos como esse tendem a fechar novos tratados. Estes tópicos são aprofundados em dois artigos deste trabalho, ***A política comercial: elementos para uma reforma*** e ***Abertura comercial e crescimento da produtividade***.

O país tem ficado à margem de um dos principais vetores do crescimento mundial nos últimos anos, que é a participação nas chamadas as cadeias globais de valor. Na busca constante de menores custos e maior eficiência, as empresas realizam as várias etapas de produção em diferentes países, com insumos e produtos intermediários originários de um vasto número de fornecedores. Um celular projetado na Califórnia, por exemplo, é montado na China a partir de chips fabricados em Taiwan graças a uma máquina produzida nos Países Baixos. As telas e outros componentes são originários de um grande número de países, entre eles Coreia do Sul, Japão, Malásia e República Tcheca. No Brasil, os entraves tarifários e regulatórios impedem uma maior inserção das empresas brasileiras nessas teias globais de criação de valor e os ganhos de produtividade a ela associados. Empresas como a Embraer, favorecidas por regras específicas para ter acesso a componentes importados, são exceções.

Os obstáculos ao comércio internacional dificultam a importação de máquinas, equipamentos, serviços e insumos, o que encarece os investimentos na moderniza-

ção da indústria. As grandes empresas conseguem driblar parcialmente as restrições beneficiando-se do regime especial de ex-tarifários – o instrumento regulatório que concede isenções para a importação de máquinas e componentes sem similares nacionais. Mas a obtenção dessas autorizações envolve custos administrativos e burocráticos significativos. Empresas menores, sem departamentos jurídicos robustos nem capital para contratar consultores, encontram dificuldades para acessar essa estrutura discriminatória que serve de “válvula de escape” ao protecionismo.

Historicamente, a política comercial brasileira tem sido orientada para a proteção de indústrias focadas no mercado interno. Ao ignorar a profunda transformação na organização internacional da produção e a rede de acordos preferenciais tecida nas últimas décadas, essa estratégia tem sido ineficaz, inclusive, em seus objetivos de reverter o processo de desindustrialização. Um exemplo foi o Inovar-Auto, que vigorou entre 2013 e 2017. O programa foi concebido de forma a praticamente inviabilizar a importação de automóveis no país, criando uma forte estrutura de proteção à indústria local. Além disso, não criou incentivos para que as empresas instaladas no país competissem nos mercados externos. Sem pressões competitivas, as montadoras tiveram poucos incentivos para reduzir preços e aumentar a qualidade dos seus produtos.

O legado dessas políticas tem sido a baixa competitividade das empresas nacionais. Apesar de ser uma das maiores economias do mundo, o Brasil aparece em posições modestas nos rankings do comércio internacional – tanto nas importações como nas exportações, como fica evidente na Tabela 1.

Tabela 1

Ranking do PIB, exportações e importações de bens
países selecionados: 2022

	Exportações	Importações	PIB
Brasil	23°	25°	11°
China	1°	2°	2°
Estados Unidos	2°	1°	1°
Índia	15°	7°	5°
Indonésia	24°	26°	16°
México	10°	12°	14°
Vietnã	19°	19°	36°

Fontes: <https://www.imf.org/external/datamapper/NGDPD@WEO/OEMDC/ADVEC/WEOORLD> e <https://wits.worldbank.org/WITS>.

As evidências para o Brasil e outros países demonstram que a redução dos entraves ao comércio internacional aumenta a produtividade da economia e eleva o poder de compra da população. Foi o que ocorreu na liberalização brasileira dos anos 1990 e em outros países em desenvolvimento nas últimas décadas. A competição externa beneficiou particularmente os consumidores dos estratos inferiores de renda, porque

eles passam a ter acesso a produtos mais baratos e de melhor qualidade, como analisado no artigo ***Abertura comercial e crescimento da produtividade***.

No entanto, o Brasil persiste no protecionismo. A política industrial apresentada em janeiro de 2024 reeditou subsídios à substituição de importação e impôs novos obstáculos, criando barreiras até mesmo para a transição verde, uma área considerada prioritária. As medidas incluíram a elevação de tarifas de carros elétricos, painéis fotovoltaicos e turbinas eólicas. Em outra decisão recente, as compras internacionais de produtos com valores inferiores a US\$ 50 deixaram de ser isentas e passaram a pagar uma alíquota de 20% de imposto de importação. A chamada “taxa das blusinhas” provocou uma intensa reação da sociedade, demonstrando a impopularidade de medidas que restrinjam a competição e o acesso a uma maior variedade de produtos.

Um exemplo de como as distorções da política industrial prejudicam a população é o custo dos aparelhos celulares no país. O Brasil tem o segundo iPhone mais caro em uma comparação de 37 países. Fica atrás apenas da Turquia, como mostra a Tabela 2. O mercado brasileiro é dominado por modelos “de entrada”, em geral incapazes de oferecer acesso amplo aos serviços e recursos mais avançados da economia digital.

Tabela 2

Comparação Internacional de Preços de Celulares Apple

Países Selecionados

País	iPhone 15 128 GB (lançamento 2023)	País	iPhone 16 128 GB (lançamento 2024)	País	iPhone 16 256 GB (lançamento 2024)
Tailândia	99	Tailândia	98	Tailândia	99
Estados Unidos	100	Vietnã	99	Estados Unidos	100
Vietnã	103	Estados Unidos	100	Vietnã	100
Índia	104	Índia	103	Índia	103
Suíça	107	Filipinas	103	Filipinas	103
Filipinas	109	Suíça	106	Suíça	106
Espanha	110	Chile	109	Chile	109
Chile	114	México	109	México	109
México	123	Espanha	112	Espanha	114
Brasil	160	Brasil	149	Brasil	146
Turquia	201	Turquia	206	Turquia	198

Fonte: Elaboração dos autores com base em dados e informações da Nukeni.

O protecionismo brasileiro também impõe barreiras elevadas à absorção de tecnologia e bens de capital pelas empresas. Essas restrições foram objeto de um estudo detalhado em dois outros artigos deste trabalho, ***Acesso a tecnologias de informação e comunicação de políticas comercial e industrial no Brasil*** e ***Acesso a bens de capital e políticas comercial e industrial no Brasil***.

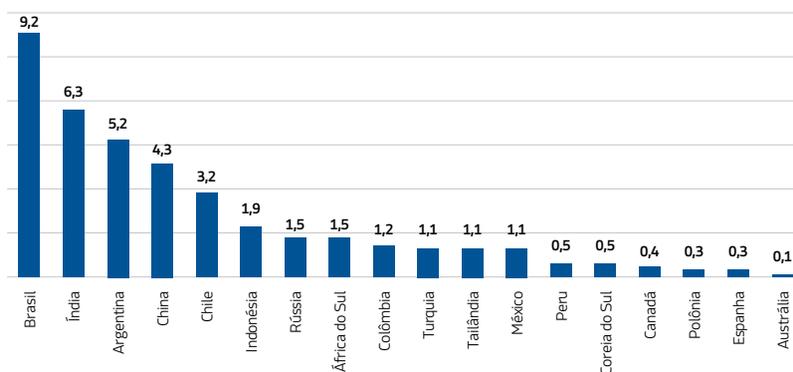
As tecnologias de informação e comunicação (TICs) são produtos e serviços usados de maneira ampla e disseminada no processamento de dados, na comunica-

ção e nas transferências eletrônicas. São tecnologias de propósito geral, empregadas de maneira transversal em todas as atividades econômicas, seja na agropecuária de ponta, no comércio, nos serviços financeiros ou na chamada indústria 4.0, de crescente utilização de robótica, *big data* e inteligência artificial. Para o setor público, essas ferramentas representam novas formas para aumentar a eficiência da gestão, prestar serviços mais ágeis, reduzir custos e facilitar a conexão com os cidadãos. O acesso a estas tecnologias, atualizadas e a preços competitivos, é crítico para a produtividade dos seus usuários, sejam empresas, prestadores de serviços, governos ou consumidores finais. As TICs são essenciais para viabilizar a transformação digital em todas as atividades econômicas. No entanto, as alíquotas de importação cobradas pelo país estão entre as mais altas do mundo, como mostra o Gráfico 4.

Gráfico 4

Tarifa de Importação Média – Manufaturados TICs

2023



Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados do ITC Trade Map.

Mas há outras barreiras ao acesso, além das tarifárias. Fatores como qualidade regulatória, tributação e disponibilidade de recursos humanos também dificultam o desenvolvimento da indústria e dos serviços de TICs no país. Seguindo a política de substituição de importações, as empresas de informática e telecomunicação instaladas tem incentivos para produzir localmente. É o caso, por exemplo, dos benefícios fiscais da Zona Franca de Manaus. O foco da produção acaba sendo o mero abastecimento do mercado interno, blindado pelas barreiras protecionistas. O resultado da política protecionista tem sido uma indústria pouco competitiva internacionalmente, com baixa relevância nas exportações e nas importações globais dos bens TIC, como mostra a Tabela 3. O Brasil responde por apenas 0,03% das vendas internacionais de TICs. A participação do México é de 2,58%.

Tabela 3**Manufaturados TICs – Participação no Comércio Mundial**

18 países selecionados: 2023

Exportações		Importações	
País	%	País	%
China	27,20	China	17,00
Coreia do Sul	4,75	Coreia do Sul	3,26
México	2,58	México	2,98
Tailândia	1,71	Índia	2,23
Índia	0,72	Tailândia	1,60
Polônia	0,69	Canadá	1,26
Canadá	0,30	Espanha	0,86
Indonésia	0,28	Austrália	0,83
Espanha	0,24	Polônia	0,76
Austrália	0,11	Brasil	0,64
Turquia	0,09	Indonésia	0,62
África do Sul	0,03	Rússia	0,54
Brasil	0,03	Turquia	0,50
Rússia	0,02	África do Sul	0,27
Chile	0,01	Argentina	0,18
Colômbia	0,01	Colômbia	0,17
Peru	0,00	Chile	0,17
Argentina	0,00	Peru	0,12

Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados do ITC Trade Map.

O Brasil tem mercado e produção relevantes nessa indústria, mas com poucos exemplos de empresas exportadoras. Apesar de a indústria de TICs estar no centro das cadeias globais de valor, o desenho da política para o setor no país cria obstáculos a essa inserção. Induz à fragmentação e à perda de competitividade. De acordo com o depoimento de executivos do setor, o atual conjunto de regras gera má alocação de recursos, distorções logísticas e custos adicionais. Fabricantes precisam seguir etapas produtivas que, sob critérios de eficiência econômica, seriam desnecessárias, como detalha o artigo ***Acesso a tecnologias de informação e comunicação e políticas comercial e industrial no Brasil***.

As entrevistas apontam para a necessidade de enfrentar dois obstáculos ao desenvolvimento do setor: custos elevados e qualidade regulatória. Vários entrevistados destacaram a necessidade de atuar sobre os obstáculos que concorrem, por exemplo, para custos elevados de processamento nos *data centers*, uma infraestrutura determinante para o desenvolvimento de computação avançada e inteligência artificial.

Uma outra barreira à incorporação tecnológica é o peso da cunha fiscal que incide sobre a importação de serviços. A carga tributária varia entre 41% e 51% do valor da operação, representando uma discriminação significativa em relação aos fornecedores nacionais, que recolhem, em média, 18%. Uma das razões da disparidade é a cobrança de Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) e

do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) sobre a remessa de recursos ao exterior. A tributação elevada impacta a indústria de software e de serviços digitais. O tratamento fiscal a softwares tem sido objeto de conflitos de competência tributária e de decisões do Supremo Tribunal Federal e da Receita Federal com repercussões na tributação do armazenamento na nuvem. A persistência de distorções tributárias e o ambiente de negócios pouco favorável afeta o fluxo de conhecimento, limita o potencial de o Brasil ser um centro de cadeias regionais de valor e reduz a capacidade de o país aproveitar oportunidades como centro de prestação de serviços para empresas multinacionais que operam na região.

A indústria brasileira de bens de capital também foi construída sob o modelo protecionista de substituição de importações. A produção doméstica se concentra em máquinas de menor conteúdo tecnológico, enquanto as mais sofisticadas são importadas, como detalha o artigo ***Acesso a bens de capital e políticas comercial e industrial no Brasil***. Ante a concentração da produção e dos gastos em pesquisa e desenvolvimento desse setor em poucos países, o comércio internacional é essencial para obter os recursos avançados. Mas as alíquotas brasileiras de importação, também nesse setor, estão entre as mais elevadas do mundo. Na comparação entre 18 países selecionados, as tarifas médias do Brasil são as únicas de dois dígitos, conforme a Tabela 4.

Tabela 4

Tarifa de Importação Média

Países Selecionados: 2023

Máquinas e equipamentos ⁽¹⁾		Equipamentos elétricos ⁽²⁾	
País	Tarifa média	País	Tarifa média
Brasil	11,5	Brasil	10,0
Argentina	8,1	Argentina	8,5
China	6,2	Índia	8,1
Índia	5,6	China	5,8
Indonésia	4,1	África do Sul	3,8
Chile	3,2	Chile	3,2
Tailândia	2,3	Rússia	2,0
Coreia do Sul	2,2	Colômbia	1,8
Rússia	1,7	México	1,8
África do Sul	1,7	Indonésia	1,7
Austrália	1,5	Tailândia	1,4
México	1,5	Coreia do Sul	1,0
Colômbia	0,9	Turquia	0,9
Turquia	0,7	Austrália	0,8
Canadá	0,4	Peru	0,6
Polônia	0,4	Canadá	0,5
Espanha	0,4	Polônia	0,4
Peru	0,2	Espanha	0,4

Fonte: ITC Trade Map.

(1) Capítulo 84 do SH: Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos, e suas partes.

(2) Capítulo 85 do SH: Máquinas, aparelhos e materiais elétricos, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios.

Assim como acontece com as TICs, as empresas dependem muitas vezes do ex-tarifário para ter acesso a máquinas mais avançadas sem ter que pagar as tarifas cheias. Isso só é possível quando não há similares nacionais. De acordo com executivos do setor entrevistados para este estudo, é tecnicamente complicado e moroso atender aos requisitos exigidos. Nos últimos anos o processo ficou ainda mais burocrático, com a solicitação de um volume maior de documentos. Há grande incerteza sobre os prazos de análise. As grandes empresas reconhecem que a burocracia é impeditiva para as empresas menores, até porque o processo envolve a contratação de peritos indicados pela Secretaria da Receita Federal, mas pagos pelos solicitantes.

O conjunto de barreiras tributárias e regulatórias restringe a competitividade das empresas brasileiras. A importação de produtos intermediários, equipamentos, insumos e bens de capital é um dos mecanismos de aumento da produtividade mais bem-documentados internacionalmente, como detalha o artigo ***Abertura comercial e crescimento da produtividade***. Essa contribuição positiva foi observada no Brasil dos anos 1990. Diversos estudos documentam a importância da liberalização comercial para o aumento da produtividade na indústria de transformação, tanto na produtividade do trabalho como na produtividade total dos fatores. Expostas à concorrência externa, as firmas aumentaram sua eficiência. Mas, além do efeito positivo da competição, os ganhos de produtividade decorreram também da redução dos custos de insumos intermediários e do acesso à tecnologia mais avançada vinda de fora. Ao mesmo tempo, é também amplamente documentado o efeito negativo do protecionismo – como foi o caso da reserva no mercado de informática no Brasil dos anos 1980.

Em nível mais agregado, o grau de integração internacional pode aumentar a produtividade média de um setor ou da economia como um todo ao estimular a realocação de fatores de produção de empresas menos produtivas para empresas mais produtivas. Foi o que ocorreu nos processos de integração internacional em países como a Coreia do Sul, o Chile e a Indonésia. Esse efeito tende a ser particularmente significativo em países com distorções elevadas do ambiente de negócios e um grande setor informal, como o Brasil.

Nas últimas três décadas, o Brasil não promoveu reformas comerciais significativas em direção a uma maior integração internacional. Nesse período, a produtividade pouco avançou. Entre os três principais setores da economia, o único que vem obtendo ganhos expressivos de produtividade é o agronegócio. Entre 1995 e 2023, a produtividade por hora trabalhada avançou em média 6% ao ano na agropecuária, segundo dados do Observatório da Produtividade Regis Bonelli, do FGV/IBRE. A produtividade agregada da economia teve um crescimento médio de 0,8% ao ano. Mas na indústria o desempenho foi negativo, com uma queda média de 0,3% ao ano. Especificamente na manufatura (indústria de transformação), o resultado foi ainda pior, com uma retração anual de 0,9%. Já a produtividade do setor de

serviços, que atualmente representa aproximadamente 70% do PIB total, avançou apenas 0,2% ao ano em média.

Na Tabela 5, há uma síntese da evolução do indicador nos diferentes setores e subsetores e em diferentes recortes temporais. Observa-se que os anos de maior ganho de produtividade foram de 2003 a 2007, quando o país se beneficiou de um conjunto de reformas econômicas feitas nesse período e em anos anteriores, além de ter contado com uma conjuntura externa favorável.

Tabela 5

Crescimento médio anual da produtividade setorial por hora trabalhada

Brasil: Períodos Selecionados

Setores	1995-2003	2003-2007	2007-2014	2014-2019	2019-2024	1995-2024
Agropecuária	6,0%	6,7%	7,5%	4,5%	4,0%	5,8%
Indústria	-2,1%	1,1%	0,2%	0,8%	-0,2%	-0,3%
Extrativa Mineral	5,2%	0,6%	2,4%	3,9%	-3,0%	2,3%
Indústria de Transformação	-3,1%	0,8%	0,3%	0,3%	-1,6%	-0,9%
Construção	-2,5%	1,7%	0,3%	-2,2%	1,9%	-0,4%
SIUP	3,2%	1,4%	1,5%	4,5%	6,1%	3,3%
Serviços	-0,5%	1,8%	1,2%	-1,2%	0,1%	0,2%
Comércio	-2,7%	3,5%	2,0%	-1,4%	0,0%	0,0%
Transporte	-1,2%	1,7%	0,7%	-3,8%	-2,3%	-1,0%
Serviços de Informação	-2,8%	-4,1%	3,4%	0,3%	-0,9%	-0,6%
Intermediação Financeira	-0,8%	4,9%	4,2%	-0,6%	-1,6%	1,1%
Outros Serviços	-0,7%	1,3%	0,5%	-1,6%	1,8%	0,1%
Serviços Imobiliários	0,9%	2,5%	0,1%	1,0%	-2,2%	0,4%
APU	0,7%	-0,2%	-0,3%	-0,7%	-1,9%	-0,3%
Agregada	0,1%	2,6%	1,7%	-0,3%	0,3%	0,8%

Fonte: Observatório da Produtividade Regis Bonelli. Elaboração do FGV IBRE com base nos dados das Contas Nacionais, Pnad e Pnad Contínua.

Propostas para uma reforma da política comercial

O crescimento da produtividade econômica e do bem-estar da população dependem de uma agenda de integração internacional da economia brasileira, o que por sua vez requer uma redução significativa das barreiras ao comércio externo. Os critérios para uma reforma ampla deve ser uma forte redução no custo de importação de produtos acabados, bens intermediários, insumos, máquinas e serviços. A proposta resumida abaixo e detalhada nos artigos deste trabalho, principalmente

no texto ***A política comercial: elementos para uma reforma***, procura superar as barreiras que restringem severamente a participação brasileira nas cadeias mais dinâmicas do comércio mundial.

1. Tarifas

A estrutura tarifária precisa ser reduzida e simplificada, com uma diminuição acentuada tanto no número de níveis de alíquotas como nos percentuais das alíquotas aplicadas. Pela proposta aqui apresentada, haveria uma transição implementada ao longo de quatro anos. Ao final, haveria apenas quatro alíquotas, como sintetiza o Quadro 1.

Quadro 1

Enquadramento dos produtos na estrutura tarifária atual e na proposta de reforma

Alíquota vigente no momento inicial das três rodadas de redução das tarifas	Alíquota ao final da reforma tarifária
> 20%	15%
> 15% a ≤ 20%	10%
> 5% a ≤ 15%	5%
≤ 5%	Zero

A tarifa média brasileira, hoje em torno de 12%, ficaria ao redor de 6%. É um patamar similar ao de países como China, Malásia, África do Sul, Colômbia e México. Nos países da OCDE, a alíquota média é de 4,4%.

2. Mercosul

A reforma da estrutura tarifária brasileira depende de um pré-requisito: a mudança nas regras do Mercosul. No acordo comercial entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, vigente desde 1995, os países não possuem autonomia para diminuir, unilateralmente, as alíquotas da Tarifa Externa Comum cobradas sobre a importação de mercadorias. Será necessário renegociar cláusulas do tratado, dando aos associados mais autonomia na definição de tarifas.

Hoje os países não podem negociar, individualmente, acordos de livre comércio. Essa restrição também precisa ser reavaliada. Ao mesmo tempo, seria positivo o fortalecimento do livre-comércio dentro das fronteiras do bloco, removendo as barreiras não-tarifárias ainda existentes e facilitando a circulação de mercadorias, serviços e pessoas.

A preservação do modelo de união aduaneira é um impeditivo para que os integrantes do Mercosul avancem de forma independente, tanto na reforma da tarifa de importação quanto na negociação autônoma de acordos preferenciais. Na ausência de consenso para avançar em conjunto, os países terminam por utilizar instrumentos de política comercial para lidar com seus problemas de política econômica doméstica. A decisão sobre uma eventual flexibilização das regras do bloco ou a concessão de *waivers* temporários são questões que precisam ser enfrentadas.

3. Barreiras não tarifárias

Diversos estudos buscam quantificar os custos das medidas não tarifárias para o comércio e sugerem que os impactos dessas medidas sobre os preços dos produtos importados chegam a ser mais elevados que os das tarifas. Devem ser eliminados entraves e exigências que não tenham justificativa sólida e cujos propósitos sejam claramente protecionistas.

O Brasil é um dos países que mais intensamente utilizam a exigência de licenças não automáticas de importação. Será necessária uma redução substancial da lista de produtos sujeitos a essa barreira aduaneira, tornando-a compatível com as de outros países mais integrados ao comércio internacional.

Um ponto importante para reduzir a burocracia é a conclusão do Portal Único de Comércio Exterior, a plataforma digital que centraliza a interação dos agentes econômicos com os diversos órgãos públicos e facilita a coordenação intragovernamental, simplificando e harmonizando procedimentos. É importante que este processo não perca ímpeto e que todos os órgãos que interferem nos processos de importação estejam alinhados com os procedimentos unificados.

4. Ex-tarifários

A queda substancial de tarifas tende a tornar anacrônico o regime dos ex-tarifários, que deveria deixar de existir. Trata-se de um mecanismo altamente discriminatório e burocratizado, que gera custos e distorções. Enquanto isso não ocorre, as regras para a obtenção das isenções precisam ser simplificadas, diminuindo a burocracia e os custos administrativos.

5. Serviços

A tradição protecionista da política comercial brasileira impacta também o setor de serviços, cuja relevância no comércio não para de crescer, como por exemplo na área de consultorias técnicas ou contratação de softwares.

É necessário diminuir a carga tributária que incide sobre a importação de serviços. O Brasil é o único país que cobra Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) e Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) sobre remessas cambiais na importação de serviços.

As distorções do atual regime de tributação afetam o fluxo de conhecimento e tecnologias, limitam a capacidade de o Brasil ser um centro de cadeias regionais de valor e têm impactos expressivos até mesmo sobre a capacidade de o país exportar serviços.

6. Acordos internacionais

Em relação a acordos internacionais, o passo mais significativo dos próximos anos poderá ser a ratificação do tratado de livre comércio com a União Europeia. Mas o processo de aprovação final será longo e incerto.

O Brasil enfrenta, tanto nos mercados sul-americanos como nos países desenvolvidos, concorrentes que se beneficiam de acordos preferenciais que contemplam a eliminação de tarifas, principalmente aquelas incidentes sobre produtos industriais. Acordos preferenciais profundos incluem a dimensão regulatória das políticas comerciais, valorizando os princípios de transparência, governança e *compliance*. Nesse sentido, os tratados podem contribuir para a atualização da regulação brasileira em diversas áreas com base nas melhores práticas internacionais.

Além da ratificação do acordo em fases finais de aprovação com a União Europeia e também com as nações da Associação Europeia de Comércio Livre (EFTA) – Islândia, Liechtenstein, Noruega e Suíça –, o Brasil deveria perseguir o aprofundamento das relações com os países da América Latina e concluir as negociações em curso com Coreia do Sul e Canadá.

Seria positiva ainda a adesão do Brasil ao Acordo sobre Compras Governamentais da Organização Mundial do Comércio (OMC), que estabelece regras comuns para as licitações internacionais nas aquisições de bens e serviços. Esse acordo está em vigor há mais de duas décadas, sem que o país concluísse as negociações para aderir a ele. O atual governo interrompeu as negociações de adesão sob a alegação de que é importante preservar espaços de política para usar as compras governamentais como instrumento de política industrial. Estar fora significa perder oportunidades de que empresas brasileiras tenham assegurado seu direito de participar

de licitações em outros países, como também o compromisso de permitir a participação de empresas estrangeiras nas licitações públicas no país, com economia de recursos públicos em compras sensíveis para o bem-estar do cidadão brasileiro, notadamente produtos e equipamentos para o Sistema Único de Saúde.

Conclusão

A integração internacional da economia brasileira, como aqui sugerida, contribuirá para fomentar a produtividade de todos os setores da economia. Incentivará vetores novos de desenvolvimento, como a descarbonização e a digitalização, orientando um processo de reindustrialização alinhado às economias mais desenvolvidas. Para a população, os benefícios serão a redução dos preços de mercadorias e serviços, produtos de melhor qualidade e, acima de tudo, aumento da renda real e um avanço do bem-estar. O Brasil possui ativos significativos – mercado, ecossistema de negócios, sofisticação empresarial, conexões com fontes de absorção de conhecimento e potencial científico e tecnológico – para se aproveitar dos movimentos de reorganização das cadeias internacionais de valor. O país pode explorar melhor essas oportunidades e participar de estruturas mais complexas de interação na economia internacional.

A reforma tributária recém-aprovada é um passo essencial em um ciclo de reformas relevantes implementadas desde 2016, como confirmado pelas entrevistas realizadas para este estudo. A reforma da política comercial desponta como uma peça essencial nessa sequência de reformas. O protecionismo inibe os investimentos de longo prazo até mesmo nos setores mais competitivos do país.

As evidências internacionais demonstram os benefícios indiscutíveis da integração comercial para o desenvolvimento econômico e social. Mas a retirada de barreiras pode eventualmente provocar transições longas e dolorosas em alguns setores e em algumas regiões, como analisa o artigo ***Efeitos distributivos de aberturas comerciais***.

É essencial implementar políticas para suavizar consequências adversas, como o eventual fechamento de vagas de trabalho formais em algumas localidades. Tais iniciativas, contudo, precisam ser desenhadas levando em consideração os limites das restrições fiscais do país, ponderando os benefícios esperados e os custos estimados. O ideal seria concentrar esforços nos trabalhadores com menor mobilidade e capacidade de adaptação, tais como trabalhadores mais velhos e de menor nível educacional. Minimizar os efeitos distributivos adversos é essencial para proteger os trabalhadores mais vulneráveis e sustentar a agenda favorável à globalização.

Cabe ressaltar que os investimentos no ensino e na requalificação profissional necessários para o país aproveitar os benefícios da abertura e mitigar os efeitos negativos são os mesmos necessários para preparar os trabalhadores para estarem inseridos na economia digital. Em meio à acelerada transformação tecnológica, as boas políticas de educação e treinamento serão primordiais para que a população possa prosperar em um Brasil mais aberto, competitivo, sustentável e inclusivo.



INTEGRAÇÃO COMERCIAL INTERNACIONAL DO BRASIL





INTEGRAÇÃO COMERCIAL INTERNACIONAL DO BRASIL

ISBN: 978-65-987137-1-3

